

País assina hoje o acordo da dívida

CLAUDIO LESSA
Correspondente

Washington — Através de uma delegação liderada pelo ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega, o Brasil assina hoje com os bancos credores, em Nova Iorque, um pacote de reestruturação de parte de sua dívida externa (US\$ 82 bilhões) e de dinheiro novo que pretende dar suporte ao programa de financiamentos externos obtidos pelo País e normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional. Segundo deseja o ministro da Fazenda, o Brasil usará a verba para ficar completamente em dia com os pagamentos de juros devidos aos seus credores em todo o mundo — o que efetivamente encerra a moratória decretada há quase dois anos.

William R. Rhodes, presidente do comitê assessor da dívida externa composto por 16 bancos, declarou que o pacote de médio prazo acertado com o Brasil é o maior já concluído nos mercados internacionais. Este é também o primeiro pacote — desde o início da crise da dívida externa dos países em desenvolvimento, em 1982 — a combinar “dinheiro novo” com uma substancial redução da dívida. Rhodes acredita que o pacote do Brasil poderá se transformar no caminho a ser seguido no futuro, para solucionar outras crises da dívida.

Rhodes afirmou também que os três meses gastos na ratificação do pacote — desde o encerramento das negociações, no dia 22 de junho, até a sua assinatura, hoje, constituíram o menor espaço de tempo para manobras deste tipo desde que irrompeu a crise da dívida. Segundo Rhodes, isto se deve “ao menu de opções mais extenso e inovador que já existiu em qualquer pacote”.

O menu de opções inclui operações em regime de cofinanciamento com o Banco Mundial (BIRD), uma linha de depósito comercial de médio prazo, títulos de dinheiro novo e títulos de saída (as chamadas *exit bonds*). Algumas das linhas incluem dispositivos que permitem conversões da dívida em ativo (*debt-for-equity*), dívida e m e x p o r t a ç õ e s (*debt-for-exports*) e intercâmbio de dívida por outra dívida (*debt-for-debt*). Além disso, poderá haver o re-empréstimo (*relending*), por parte dos bancos credores, de dinheiro tomado e mantido no Banco Central, a entidades brasileiras dos setores público e privado.

O pacote inclui um acordo de reestruturação multianual da

dívida que cobre aproximadamente US\$ 62 bilhões dos US\$ 67 bilhões que o Brasil deve, a médio prazo, aos bancos comerciais, e linhas comerciais e interbancárias que totalizam cerca de US\$ 15 bilhões, sob as quais os bancos comerciais continuarão a estender suas linhas de curto-prazo e interbancárias.

Os bancos também estenderão por mais dois anos e meio seus compromissos anteriores para manter as linhas interbancárias de curto prazo de valor aproximado de US\$ 15 bilhões para as agências de bancos brasileiros no exterior, assim como os créditos comerciais de curto prazo aos tomadores brasileiros.

De acordo com o pacote, os empréstimos feitos pelo Brasil — e que totalizam cerca de US\$ 62 bilhões — que vencem desde o dia 1º de janeiro de 1987 até o

O Pacote de médio prazo acertado com o Brasil é o maior já concluído nos mercados internacionais e o primeiro a combinar dinheiro novo com uma substancial redução da dívida externa brasileira”

dia 31 de dezembro de 1993 sofrerão uma reestruturação durante 20 anos.) vencimento final está marcado para 2007.

Os pagamentos do principal sobre a dívida reestruturada começarão em 1995, quando vencem 2 por cento do principal, e irão aumentando gradualmente até o nível de 10 por cento do principal em cada um dos dois anos finais.

A taxa de juros de 13/16, vigorando a partir de 1º de janeiro de 1988, será aplicada à dívida previamente reestruturada (bem como os depósitos provisorios feitos em 1987 e 1988); à maior parte da dívida do setor público que ainda não maturou, a taxa de juros vigora a partir de 1º de janeiro de 1989.

O acordo de reestruturação da dívida externa brasileira contém um dispositivo que permite a qualquer uma das partes propor consultas, a qualquer momento, com o propósito de solicitar modificações ao acordo. As propostas de modificação têm que ser baseadas em algum fator financeiro ou econômico, inclusive mudança nas

variáveis econômicas internacionais.

Até hoje, mais de 80 bancos adquiriram mais de US\$ 1 bilhão em *exit bonds* (os chamados títulos de saída), que serão emitidos em troca da mesma quantia de endividamento do setor público brasileiro. Estes papéis, com taxa de juros fixa de 6% vencem em 25 anos e terão um período de graça de 10 anos.

A dívida reestruturada, os títulos de saída (*exit bonds*) e algumas das linhas de dinheiro novo podem ser convertidas em investimentos de acordo com a Resolução 1460, que trata do programa de conversão da dívida em ativo no Brasil.

Os bancos poderão reempresatar verbas oriundas da linha de financiamento paralelo e do acordo de reestruturação a tomadores brasileiros dos setores público e privado. Os reempréstimos ao setor privado serão sujeitos a quotas mínimas de US\$ 100 milhões por mês para o restante do ano de 1988 (verbas que só estarão disponíveis durante os primeiros seis meses de 1989), e totais anuais de US\$ 1 bilhão e 500 milhões em 1989 e US\$ 1 bilhão e 550 milhões em 1990. A partir daí, os montantes disponíveis para reempréstimo ao setor privado serão pelo menos iguais aos vencimentos do principal dos tomadores do setor privado, a cada ano.

Sob os termos do acordo provisorio de financiamento anunciado em 5 de novembro do ano passado, os US\$ 2 bilhões restantes — que formam parte do acordo a ser assinado hoje — deverão ser desembolsados pelo Brasil pouco antes do primeiro saque, de acordo com os termos do pacote de médio prazo. A esta altura, US\$ 1 bilhão adicionais estarão disponíveis, provenientes das reservas brasileiras. O total de US\$ 3 bilhões será pago aos credores para cobrir juros atrasados de 20 de fevereiro de 1987 a 1º de outubro de 1987. O Brasil está em dia com os pagamentos dos juros de 1988 até o dia 9 de setembro.

Os 16 membros do comitê assessor da dívida externa brasileira são o Citibank, N.A. (na presidência, William R. Rhodes); Lloyds Bank PLC e Morgan Guaranty Trust Company de Nova York (os dois vice-presidentes); Arab Banking Corporation, Bank of America, N.T. & S.A., Banco de Montreal, Banco de Tóquio, Ltda., Bankers Trust Company, The Chase Manhattan Bank, N.A., Chemical Bank, Credit Lyonnais, Deutsche Bank AG, Manufacturers Hanover Trust Company, Midland Bank PLC, The Mitsubishi Bank, Limited, e o Union Bank of Switzerland.